

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

Parecer / COLICIT n.º 09/2018

Assunto: Resposta à impugnação do Pregão Eletrônico n.º 25/2018

Em resposta ao pedido de impugnação apresentado pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, informamos o que se segue:

Inicialmente, ressaltamos que a referida impugnação não foi redigida de forma clara, não sendo possível o entendimento em alguns pontos e a formulação de resposta.

A resposta à impugnação foi formulada pontualmente, visto a impossibilidade de identificação da solicitação da empresa.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

“4.2 Não poderão participar desta licitação as empresas:

a) Em consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. Para as operadoras de telefonia para ficarem mais competitivas e o cliente tem um preços mais baixa, é fundamental que seja aceito consórcio ou subcontratação.”

RESPOSTA:

O referido edital veda a participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista na Lei nº 8.666/93, conforme Art. 33.

É cabível em situações em que o objeto não possa ser executado por uma única empresa, e a decisão sobre a viabilidade de participação de consórcios em certames licitatórios insere-se na esfera do poder discricionário do gestor.

De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, registrada no Acórdão 1678/2006-Plenário: “A aceitação de empresas em consórcio na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33 caput da Lei n. 8.666/93, requerendo-se, porém, que a sua vedação seja sempre justificada.”

Neste contexto, o autor Marçal Justen Filho em seu livro “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” 12ª Edição, cita que:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face ao objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. Como toda a decisão exercitada em virtude da competência discricionária, admite-se controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.

Assim sendo, o juízo acerca da possibilidade de proibição da participação de consórcios restringir a competitividade no certame depende de cada situação específica.

Ocorre que nem sempre a participação de empresas reunidas em consórcio trará benefícios para a administração pública, pois muitas vezes o objeto licitado possui peculiaridades que limitam o número de empresas aptas a participar do certame.

Nestes casos, a reunião de empresas em consórcio restringiria a competitividade, pois empresas que seriam competidoras entre si poderiam participar da licitação de forma consorciada, diminuindo o número de empresas elegíveis ao certame.

Logo, não há motivos para se considerar a participação de empresas reunidas em consórcio como a grande salvação da competitividade, pois há casos em que o efeito é justamente o inverso, ou seja, o de restringir a competitividade.

E ainda, considerando que o universo de empresas que participam isoladamente de licitações com objeto semelhante ao referido edital é suficiente para garantir a competitividade ao certame, a administração, no uso do seu poder discricionário, adotou a proibição de participação em consórcio na licitação em comento.

Salientamos ainda, que o objeto a ser licitado é para fornecimento de material, não envolvendo prestação de serviços.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. O ideal é 12 meses, pois o contrato é de 12 meses.

5.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. O ideal é acada 12 meses na renovação do contrato ou não renovação.

5.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Não encontrei a Minuta do Contrato. Somente da Ata de Registro de Preços. Impugnar. Deverá ter uma Minuta de contrato para as cláusulas a serem seguidas.

RESPOSTA:

A Administração entende que não há necessidade de Minuta de Contrato, visto que o objeto da licitação é apenas para o fornecimento de material, por meio de Sistema de Registro de Preços. A Ata de Registro de Preços é válida por 12 meses.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

Prazo de garantia divergente entre o item 19 do edital que solicita 12 meses no mínimo e cada item do termo de referência a garantia varia de 12 a 60 meses.

Não é claro se todos os itens devem ser instalados pois não há menção direta a isto mas diz que serviços serão pagos após 30 dias da aceitação.

RESPOSTA:

Os prazos de garantia foram corrigidos na Errata 01 do Edital.

Não será exigida a instalação.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

No item 7 diz que o pregoeiro poderá solicitar catálogos e descritivos dos itens ofertados, no item 21 indica que estes descritivos serão obrigatórios para a licitante

VENCEDORA e no anexo I Termo de Referência novamente indica que catálogos e descritivos devem acompanhar a proposta.

RESPOSTA:

Os catálogos e descritivos dos itens ofertados serão solicitados para a licitante VENCEDORA. O pregoeiro convocará em momento oportuno para tal apresentação.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

4.2 Não poderão participar desta licitação as empresas:

a) Em consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

=> Favor questionar e verificar junto ao cliente a possibilidade de participação de empresas consorciadas. Caso não sejamos atendido, verificar se é o caso de impetrar a impugnação do certame a fim de termos tempo hábil para negociar este item.

RESPOSTA:

Respondido acima.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

[SUBCONTRATAÇÃO]

O Edital é omissivo quanto ao assunto.

=> Faz-se necessário esclarecer com o cliente o entendimento deste item, visto contrataremos terceiros para a execução do serviço de instalação dos equipamentos.

RESPOSTA:

Não haverá prestação de serviços.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

[PRAZO]

17 DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

17.6 O prazo e o local de entrega do objeto contratado são o constante no Anexo ?

TR

5. ENTREGA

a) Para os itens 1 ao 21:

a.1) O prazo de entrega do material deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

a.2) O prazo de entrega do serviço deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

b) Para os itens 22 ao 25:

b.1) O prazo de entrega do material deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

c) Para os itens 26 e 27:

c.1) O prazo de entrega do material deverá ser de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

=> Favor verificar a possibilidade de que seja estendido este prazo para 120 (cento e vinte) dias, a fim de permitir o planejamento e entrega adequada entre as partes.

RESPOSTA:

Os prazos de entrega deverão ser conforme item 5 do Termo de Referência, anexo I do edital.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

[REAJUSTES]

15 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

15.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. Impugnar, visto que, deverá ser um preço para a Licitação.

RESPOSTA:

O reajuste é previsto para os casos em que possa haver uma eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, visto que a Ata de Registro de Preços é válida por 12 meses.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

[GARANTIAS]

19 DA GARANTIA DO PRODUTO

19.1 O produto deverá possuir prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal.

19.2 Durante o prazo de garantia, o licitante vencedor obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

19.3 Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito.

PLANILHA DA PROPOSTA COMERCIAL

Observação: Prazos de entrega e garantia divergem do exigido para alguns itens.

=> Favor verificar qual garantia deve ser seguida, a do edital, a do TR ou a da proposta?

RESPOSTA:

Os prazos de garantia foram corrigidos na Errata 01 do Edital.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

21 DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

21.4 A empresa vencedora, sempre que solicitado, obrigará-se a apresentar catálogo do material cotado, no prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a).

[MICROCOMPUTADORES X MONITORES]

Nas descrições dos MICROCOMPUTADOR DESKTOP TIPO 1 e Tipo 2 é exigido o fornecimento obrigatório de duas saídas DisplayPort.

"Deverá possuir 3 (três) saídas para monitor, sendo, no mínimo, 02 (duas) no padrão DisplayPort com suporte a até 3 monitores independentes;"

Entretanto não é previsto, nem aceitável, o fornecimento de adaptadores para HDMI, para os monitores a serem adquiridos.

=> Favor questionar ao IFSul e validar as informações de portas de vídeo exigidas nos microcomputadores frente aos monitores exigidos.

RESPOSTA:

Como descrito no edital para os microcomputadores exige-se 2 portas digitais, já a terceira não possui exigência, podendo ser digital ou analógica. Quanto aos monitores pedimos uma porta digital DisplayPort e uma analógica, desta forma poderemos fazer as combinações necessárias e sem a utilização de adaptadores.

TELEFÔNICA BRASIL S/A:

Prazo de garantia divergente entre o item 19 do edital que solicita 12 meses no mínimo e cada item do termo de referência a garantia varia de 12 a 60 meses.

Não é claro se todos os itens devem ser instalados pois não há menção direta a isto mas diz que serviços serão pagos após 30 dias da aceitação.

RESPOSTA:

Os prazos de garantia foram corrigidos na Errata 01 do Edital.

Os itens não deverão ser instalados, não haverá serviço.

Pelotas, 30 de outubro de 2018.